

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: 25.065.142-2

Ref.: Edital de Credenciamento nº 04/2025 - HRL

Recorrente: CONECT SAUDE LTDA – CNPJ 07.883.736/0001-02

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa CONECT SAUDE LTDA, por intermédio do qual questiona sua inabilitação no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2025, formalizado para atender a demanda de serviços assistenciais no Hospital Regional do Litoral - HRL.

Deste modo, passa a Comissão de Credenciamento, cuja composição fora designada pela Portaria FUNEDS nº 274, de 12 de agosto de 2025, a se manifestar em relação às razões recursais, o que faz de acordo com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DAS RAZÕES DO RECURSO

Em síntese, a Recorrente alega ter demonstrado em seus balanços financeiros que possui o patrimônio líquido exigido no item 10.1.2.3 do Edital, ou seja, aquele “correspondente a 10% do valor total anual da contratação”.

Deste modo, solicita a retificação da ata, com a devida habilitação da empresa.

2. PRELIMINARMENTE - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O Edital de Credenciamento nº 04/2025 disciplina detalhadamente o procedimento recursal, senão vejamos:

14.1 *Da decisão da Comissão de Credenciamento caberá recurso ao qual poderá ser dado efeito suspensivo, limitando-se às questões de habilitação ou inabilitação, considerando exclusivamente a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerados os documentos eventualmente anexados na fase recursal.*

14.2 *Os recursos deverão ser entregues, na sede da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEDS, sito à Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, Centro, Curitiba, Paraná, e endereçados à Comissão de Credenciamento, no horário das 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h00.*

14.3 *“O prazo para interposição do recurso tratado nesse item será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à lavratura da ata ou após a publicação do ato no Diário Oficial do Estado.”*

No caso em análise, a primeira Ata da Sessão Pública foi publicada no endereço eletrônico da FUNEDS em 25/11/2025.

O presente recurso foi protocolado pela Recorrente em **26/11/2025**, de modo que se mostra tempestivo, pois interposto dentro dos 05 (cinco) dias úteis previstos no edital.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

Em relação à matéria arguida, cumpre esclarecer que a própria Comissão de Credenciamento constatou o citado equívoco na análise dos documentos financeiros da empresa Recorrente, tendo publicado a devida Errata da Ata no dia 27/11/2025, nos seguintes termos:

Onde se lê:
EMPRESA 17

e Protocolo: 24.944.429-4		CNPJ: 07.883.736/0001-02
Empresa: CONECT SAUDE LTDA		
LOTE: 01, 05, 06, 07, 10, 11, 12		ITEM: 01, 01, 01, 01, 01, 02, 01
OBS: ASSISTENTE DE FARMÁCIA, ENFERMEIRO OBSTETRA, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA, PSICOLOGO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM - INSTRUMENTADOR CIRÚRGICO, TÉCNICO DE RADIOLOGIA		
HABILITAÇÃO JURÍDICA (10.1) 1ª FASE		
ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
10.1.1	Ato Constitutivo	S
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (10.1.2)		
ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
10.1.2.1	Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial	S
10.1.2.2	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. As empresas deverão apresentar os índices já calculados.	S
10.1.2.3	Patrimônio líquido de no mínimo correspondente 10% do valor estimado da contratação ou item.	S
DADOS BANCÁRIOS (10.1.3)		
ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
10.1.3.1	Dados Bancários – Banco do Brasil	S
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (10.1.4)		
ITEM	DESCRIÇÃO	STATUS
10.1.4.1	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ	S
10.1.4.2	CND Tributos Federais e Contribuições Federais, emitida pela Receita Federal	S
10.1.4.3	CND Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	S
10.1.4.3.1	Poderá ser Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (10.1.3.2 e 10.1.3.3)	S
10.1.4.4	CND Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa.	S
10.1.4.5	CND Fazenda do Município onde for sediada a empresa.	S
10.1.4.6	CND Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	S
10.1.4.7	CND FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal	S
10.1.4.8	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	S
10.1.4.9	GMS	S
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA JURÍDICA (10.1.5)		
10.1.5.1	Requerimento para Credenciamento (ANEXO I)	S
10.1.5.2	Declaração, se houver, de suspensão de encargos fiscais (IRRF, CSLL, COFINS, PIS/PASEP)	NA
10.1.5.3	Atestado de capacidade técnica	S
10.1.5.4	Declaração de Regularidade (ANEXO II)	S
10.1.5.5	Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica de no mínimo 1 ano de inscrição junto ao respectivo Conselho de Classe do objeto do edital, dentro do prazo de validade, indicando o responsável técnico pela empresa.	S
10.1.5.6	Certidão negativa da pessoa jurídica emitida pelo Conselho de Classe correspondente	S
10.1.5.7	Licença Sanitária vigente	S
10.1.5.8	Declaração de Nepotismo (ANEXO V) representante legal da empresa	S
RESULT.	HABILITADO/NÃO HABILITADO	HABILITADO

Ou seja, antes mesmo da análise do presente Recurso, a Administração Pública, por intermédio de sua Comissão de Credenciamento, exerceu legitimamente o poder-dever de autotutela, revisando ato que continha equívoco material na interpretação dos dados contábeis apresentados pela Recorrente.

Com efeito, é consabido que a Administração Pública tem não apenas a prerrogativa, mas a obrigação jurídica de rever e corrigir seus próprios atos, quando eivados de erro ou inconsistência, consoante pacífica orientação do Supremo Tribunal Federal no Súmula 473.

No mesmo sentido, a doutrina administrativa e a jurisprudência mais recente reforçam que a autotutela deve ser exercida com vistas à preservação da legalidade, da isonomia entre os interessados e do interesse público primário, sendo plenamente possível a correção de atos administrativos a qualquer tempo, desde que não acarrete prejuízo a terceiros de boa-fé.

Considerando que a Errata publicada em 27/11/2025 já reconheceu o atendimento do requisito previsto no item 10.1.2.3 do Edital pela empresa CONECT SAÚDE LTDA, verifica-se que:

- a) a questão suscitada pela Recorrente foi integralmente sanada pela própria Administração, no exercício de sua autotutela;
- b) o fundamento do recurso restou prejudicado, pois seu único pedido foi justamente a revisão do ato de inabilitação já corrigido.

Desse modo, há perda superveniente do objeto recursal, razão pela qual não subsiste controvérsia a ser apreciada por esta Comissão.

4. DECISÃO

Diante de todo o exposto, a Comissão de Credenciamento **CONHECE** do recurso interposto pela empresa Recorrente, por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, **NEGA PROVIMENTO**, uma vez que a matéria recursal se encontra totalmente esvaziada em razão da correção realizada pela Administração, configurando perda superveniente de objeto.

Encaminha-se o presente feito para análise e deliberação e, caso seja esse o entendimento, posterior ratificação pelo Diretor-Presidente da FUNEDS.

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
ANDRÉ LUÍS MIKILITA MIRA
Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente
GISELE APª DOS SANTOS
Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente
JOSILENE FERNANDES
Presidente da Comissão de Credenciamento

Rua do Rosário, 144 – 10º andar - 80.020-110 - Curitiba - PR
Tel: 41 3798-5373 | www.funeas.pr.gov.br

Documento: **110.HRLRecursoConectResposta.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Andre Luis Mikilita Mira (XXX.419.959-XX)** em 28/11/2025 15:22 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, **Josilene Fernandes (XXX.739.879-XX)** em 28/11/2025 15:31 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, **Gisele Aparecida Santos (XXX.331.659-XX)** em 28/11/2025 15:31 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO.

Inserido ao protocolo **25.065.142-2** por: **Andre Luis Mikilita Mira** em: 28/11/2025 15:22.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA – FUNED

Protocolo nº 25.065.142-2

DESPACHO nº 2.938/2025

- I. Trata-se de solicitação de recurso administrativo apresentado pela empresa **CONNECT SAÚDE LTDA – CNPJ N.º 07.883.736/0001-02**, por meio do qual questiona sua inabilitação no âmbito do Edital de Credenciamento n.º 004/2025, que visa atender o Hospital Regional do Litoral.
- II. Informo ciência quanto a solicitação apresentada.
- III. **ACOLHO** como relatório o conteúdo das manifestações da Comissão de Credenciamento às fls. *retro*.
- IV. **ACOMPANHO** o entendimento exposto pela referida Comissão, adotando como fundamento para a presente decisão.
- V. **RATIFICO** a decisão da Comissão de Credenciamento.
- VI. **PUBLIQUE-SE.**

Diretoria da Presidência, 28 de novembro de 2025.

Assinado eletronicamente/digitalmente

GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente – FUNED

Rua do Rosário, 144 – 10º andar – 80.020-110 – Curitiba – PR
Tel.: 41 3798-5373 | www.funed.pr.gov.br

Documento: **Despacho2938Protocolo25.065.1422DecisaoRecursoCredenciamentoCONNECTSAUDEHRL.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Geraldo Gentil Biesek (XXX.399.129-XX)** em 01/12/2025 09:21 Local: FUNEAS/DP.

Inserido ao protocolo **25.065.142-2** por: **Roberta Rocha** em: 28/11/2025 17:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: